

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Isadora Cechin Filipiack¹; Icaro Bonamigo Gaspodini²

1 Acadêmica de psicologia. Faculdade Meridional IMED. isafilipiack@yahoo.com.br

2 Orientador. Docente no curso de psicologia. Faculdade Meridional IMED.

icaro.gaspodini@imed.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Vítimas do preconceito, da violência e da intolerância, a população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) sofre os efeitos da discriminação em diferentes contextos sociais (BRASIL, 2004). Conforme um documento do Ministério da Saúde sobre a saúde da população LGBT (BRASIL, 2008), o aumento da qualidade de vida e o acesso à serviços de saúde devem acontecer a partir do trabalho multisetorial das políticas sociais, gerando resultados para a população. De acordo com o documento, qualquer forma de discriminação está associada com o aparecimento de doenças e sofrimento.

Dentre os contextos de discriminação da população LGBT, estão os espaços de saúde. O estudo de Costa *et al.* (2017) revelou que os profissionais da saúde encontram-se despreparados para trabalhar com esse público. Esse despreparo resulta em uma barreira de acesso aos serviços de saúde pela população LGBT. A heteronormatividade, conceito que associa a orientação heterossexual como padrão, é uma forma de discriminação encontrada nesses ambientes (CERQUEIRA-SANTOS ET AL., 2010).

Outro âmbito que merece destaque é o campo da segurança pública. Conforme apresentado por Mello, Avelar e Brito (2014) existem barreiras significativas em relação à violência contra a população LGBT e as ações protetivas do governo brasileiro, resultando na falta de credibilidade da população LGBT na segurança pública. Nesse sentido, torna-se necessário a criação de políticas públicas que garantam os direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em diferentes contextos sociais, como saúde, educação e segurança. Por políticas públicas entende-se um conjunto de ações desenvolvidas pelo governo, com o objetivo de intervir em determinados problemas (SOUZA, 2006). A partir disso, o presente estudo tem como objetivo mapear a literatura existente sobre políticas públicas para a população LGBT no Brasil, investigando quais são as políticas públicas apresentadas nos estudos e qual a análise de seus autores sobre esses programas.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão sistemática de literatura (MOHER, LIBERATI, TETZLAFF, ALTMAN, & THE PRISMA GROUP, 2015). Os resultados do presente estudo foram interpretados a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Esse tipo de estudo busca reunir e compreender de forma sistemática os resultados sobre determinado tema de pesquisa existentes na literatura científica (ZOLTOWSKI, COSTA, TEIXEIRA, & KOLLER, 2014). A busca foi realizada a partir de dois portais de acesso a base de dados científicas: Portal de Periódicos da CAPES e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). As bases de dados foram escolhidas por contemplarem um grande número de materiais em português, tendo em vista que esse é o idioma presente nos critérios de inclusão dos artigos. Os descritores utilizados foram “Políticas Públicas” AND LGBT. Os critérios de inclusão dos artigos foram os seguintes: artigos

científicos disponíveis na internet, redigidos em português, publicados nos últimos 10 anos e que abordassem o tema das políticas públicas para a população LGBT no Brasil. Foram incluídos todos os tipos de trabalho.

A busca resultou em 12 bases de dados: *OneFile (GALE)*, *Directory of Open Access Journals (DOAJ)*, *Scielo (CrossRef)*, *JSTOR Archival Journals*, *Materials Science & Engineering*, *Medline/Pubmed*, *Dialnet*, *Scielo Brasil*, *Open Edition*, *Lilacs*, *Index Psicologia – Periódicos técnico-científicos* e *BDENF – Enfermagem* e identificou-se um total bruto de 83 artigos. Através da leitura do título e do resumo dos 83 artigos, sete deles foram excluídos por serem repetidos e outros 59 foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão apresentados acima. Os 17 artigos restantes foram analisados a partir da extração de dados: ano de publicação, tipo de estudo, objetivos, método e resultados. Essa análise possibilitou identificar que um dos artigos abordava as Políticas Públicas para a população LGBT no estado da Paraíba e não em todo o país. Outros seis artigos não tratavam de maneira específica do assunto central da presente pesquisa, sendo excluídos. Por fim, foram inclusos dez estudos que obedeceram aos critérios de inclusão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre os artigos analisados, a maioria tratava-se de pesquisas documentais, realizadas a partir da análise das Políticas Públicas para a população LGBT e dos anais de congressos (ALBUQUERQUE, GARCIA, ALVES, QUEIROZ, & ADAMI, 2013; SILVA, FILHO, BEZERRA, DUARTE, & QUININO, 2017; MELLO, *et al.*, 2014; SAMPAIO & GERMANO, 2014; BROILO & AKERMAN, 2015; MELLO, AVELAR, & MAROJA, 2012). A área de atuação predominante entre os autores foi a saúde coletiva, enfatizando a importância da discussão das políticas públicas nesse contexto.

Emergiram duas categorias de análise a partir dos resultados dos artigos incluídos na pesquisa. São elas: apresentação das políticas públicas para a população LGBT e obstáculos existentes para a efetividade dos programas. O Programa Brasil Sem Homofobia (BRASIL, 2004) foi a Política Pública mais citada nos artigos revisados. Esse programa constitui-se na promoção dos direitos à segurança, educação, saúde, trabalho e cultura para a população LGBT no Brasil.

O estudo de Albuquerque *et al.* (2013) revela que o caráter heteronormativo do atendimento em locais de saúde favorece o aumento da discriminação da população LGBT, tendo em vista que a maioria dos profissionais compreendem a orientação heterossexual como esperada, negligenciando diferentes formas de sexualidade. Nesse sentido, torna-se imprescindível a capacitação dos profissionais da saúde para a realização de um atendimento não discriminatório à essa população (POPADIUK, OLIVEIRA, & SIGNORELLI, 2017; ALBUQUERQUE *et al.*, 2013; MELO, PERILO, BRAZ, & PEDROSA, 2011; PRADO & SOUSA, 2017).

Outro impasse existente na efetividade das Políticas Públicas é o distanciamento entre a elaboração das políticas e sua real aplicação. Apesar da existência dos programas, ainda existem dificuldades em sua implementação, tendo em vista que a comunicação entre gestores e aplicadores precisa ser melhorada para que a efetividade dos programas possa ser percebida de maneira significativa (MELLO *et al.*, 2012).

A maioria dos estudos analisam as Políticas Públicas de saúde (n=7) e de segurança (n=1), e somente dois estudos abordam o assunto de maneira geral (MELLO *et al.*, 2012; SAMPAIO & GERMANO, 2014). Percebe-se através desse resultado, a existência de grande demanda da população LGBT em receber um atendimento adequado, que atenda às suas especificidades e garanta fácil acesso aos procedimentos através do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Programa Brasil Sem Homofobia (BRASIL, 2004) prevê também ações nos espaços de educação, cultura e trabalho. Nesse sentido, sugere-se a elaboração de novos estudos que deem ênfase em contextos além da saúde e segurança, buscando compreender e analisar de maneira crítica a atuação das Políticas Públicas em diferentes espaços.

As pesquisas abordam a epidemia de HIV/AIDS no Brasil em 1980 como fator desencadeante para a criação de políticas de saúde para a população LGBT no país, tendo em vista que esse era um dos grupos de risco para contrair a doença. Entretanto, a relação entre a epidemia e a criação de políticas públicas reforçam o caráter estigmatizante que a população LGBT enfrenta na busca por seus direitos (MELLO *et al.*, 2011; FERRAZ & KRAICZYK, 2010; BROILO & AKERMAN, 2015). A partir disso, os estudos citam as políticas de saúde implantadas para lidar com a epidemia. Entre elas, está o Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de AIDS e outras DST (BRASIL, 2007) que tem como objetivo desenvolver a prevenção e o atendimento para o tratamento de AIDS e outras DST, bem como, promover qualidade de vida para as mulheres acometidas. O Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de AIDS e das DST entre Gays, HSH (homens que fazem sexo com homens) e Travestis (BRASIL, 2007a) é outra política de saúde apresentada nos estudos. Esse plano busca, entre outros objetivos, reduzir as vulnerabilidades dessa população e promover o acesso a um atendimento de qualidade para os/as portadores/as de AIDS e DST.

Os obstáculos na efetividade das Políticas Públicas para a população LGBT manifestam-se em diferentes espaços, sendo a saúde o mais citado nos artigos do presente estudo. Esse dado reforça os efeitos da heteronormatividade nos espaços de saúde, conforme apresenta Cerqueira-Santos *et al.* (2010). A maioria dos estudos apontam a sensibilização a profissionais de saúde como forma de proporcionar atendimento capacitado para receber as demandas da população LGBT, rompendo as barreiras de acesso do referente público (COSTA *et al.* 2017, POPADIUK, OLIVEIRA, & SIGNORELLI, 2017; ALBUQUERQUE *et al.*, 2013; MELO, PERILO, BRAZ, & PEDROSA, 2011; PRADO & SOUSA, 2017).

4 CONCLUSÕES

Este estudo buscou mapear a literatura existente sobre políticas públicas para a população LGBT no Brasil, investigando quais são as políticas públicas apresentadas nos estudos e qual a análise de seus autores sobre esses programas. Pode-se concluir com a presente revisão que, os artigos apresentam as principais políticas públicas existentes, fazendo uma ligação com os eventos nacionais que proporcionaram o debate sobre o assunto e a elaboração dos documentos.

A análise das políticas públicas centra-se nas dificuldades de implantação dos programas, enfatizando que, apesar de um aumento da visibilidade das necessidades da população LGBT, muito ainda precisa ser feito para que esse público tenha acesso a seus direitos de maneira não discriminatória. A maioria dos estudos investigou as políticas públicas e outros documentos governamentais, com o objetivo de compreender tanto a elaboração das políticas, quanto sua aplicabilidade. Torna-se necessário a implantação dos referidos programas de forma humanizada, buscando garantir os direitos básicos para os/as cidadãos brasileiros/as, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Grayce Alencar; GARCIA, Cíntia de Lima; ALVES, Maria Juscinaide Henrique; QUEIROZ, Cicera Monalisa Holanda Teles de.; ADAMI, Fernando. Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil.

Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 516-524, jul/set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v37n98/a15v37n98.pdf>. Acesso em set. 2018

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1 ed. São Paulo: Edições, 2011.

BRASIL. **Conselho Nacional de Combate à Discriminação**. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf

BRASIL. Departamento de apoio à gestão participativa, secretaria de gestão estratégica e participativa & Ministério da Saúde. Saúde da população de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. **Revista Saúde Pública**, Brasília, v. 42, n. 3, p. 570-573. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v42n3/itms.pdf>

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Plano integrado de enfrentamento da feminização da epidemia de AIDS e outras DST. Brasília, DF. 2007. Recuperado de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_feminizacao_final.pdf

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Plano nacional de enfrentamento da epidemia de AIDS e das DST entre gays, HSH e travestis. Brasília, DF. 2007a. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_enfrentamento_epidemia_aids_hsh.pdf

BROILO, Rodrigo; AKERMAN, Jacques. Políticas públicas de saúde para a população LGBT no Brasil: identidades sexuais e novas zonas de exclusão. **Revista Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 1, p. 232-250, 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/13571>

CERQUEIRA-SANTOS, Elder; CALVETTI, Prisla; ROCHA, Kátia; MOURA, Andreína; BARBOSA, Lúcia; HERMEL, Júlia. Percepção de usuários gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, transexuais e travestis do Sistema Único de Saúde. **Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology**, Porto Alegre, v. 44, n. 2, p. 235-245. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/284/28420641004.pdf>

COSTA, Luana Dias da; BARROS, Alana Dantas; PRADO, Elizabeth Alves de Jesus; SOUSA, Maria Fátima de; CAVADINHA, Edu Turte; Mendonça, Ana Valéria Machado. Competência cultural e atenção à saúde da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). **Tempus, actas de saúde coletiva**, Brasília, v. 11, n.1, p. 105-119, 2017 doi:10.18569/tempus.v11i1.2314

FERRAZ, Dulce; KRAICZYK, Juny. Gênero e políticas públicas de saúde – construindo respostas para enfrentamento das desigualdades no âmbito do SUS. **Revista de Psicologia da UNESP**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 70-82, 2010. Disponível em: http://www.escoladesaude.pr.gov.br/arquivos/File/genero_e_saude_2.pdf

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; BRITO, Walderes. Políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 297-320, janeiro/abril. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2014000100016>

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, p. 289-312, maio/agosto. 2012. doi:10.1590/S0102-69922012000200005

MELLO, Luiz; PERILO, Marcelo; BRAZ, Camilo Albuquerque de; PEDROSA, Cláudio. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca da universalidade, integralidade e equidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 7-28, 2011. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872011000400002

MOHER, D; LIBERATI, A; TETZLAFF, J; ALTMAN, DG; THE PRISMA GROUP. (2015). Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: A recomendação PRISMA. (T. F. Galvão & T. de S. A. Pansani, Trans.) **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 335-342, jun, 2015. doi:10.5123/S1679-49742015000200017

POPADIUK, Gianna Schreiber; OLIVEIRA, Daniel Canavese; SIGNORELLI, Marcos Claudio. A política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) e o acesso processo transexualizador no sistema único de saúde (SUS): avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 5, p. 1509-1520, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232017002501509&script=sci_abstract&tlng=pt

PRADO, Elizabeth Alves de Jesus; SOUSA, Maria Fatima de. Políticas públicas e a saúde da população LGBT: uma revisão integrativa. **Tempus, actas de saúde coletiva**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 69-80, mar 2017. doi:10.18569/tempus.v11i1.1895

SAMPAIO, Juliana Vieira; GERMANO, Idilva Maria Pires. Políticas públicas e crítica *queer*: algumas questões sobre identidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 290-300. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822014000200006&script=sci_abstract&tlng=pt

SILVA, Jonatan Willian Sobral Barros da; FILHO, Carlos Nobre e Silva; BEZERRA, Hassyla Marla de Carvalho; DUARTE, Kesla Valentim Nascimento; QUININO, Louisiana Regadas de Macedo. Políticas públicas de saúde voltadas à população LGBT e à atuação do controle social. **Revista de Saúde Pública do Paraná**, Londrina, v. 18, n. 1, p. 140-149, julho 2017. doi:10.5433/15177130-2017v18n1p140.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>

ZOLTOWSKI, Ana Paula Couto; COSTA, Angelo Brandelli; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira; KOLLER, Silvia Helena. Qualidade metodológica das revisões sistemáticas em periódicos de psicologia brasileiros. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 97-104, jan/mar, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722014000100012